

ABORDAGEM DO SENTIDO NOS ESTUDOS SEMÂNTICOS E PRAGMÁTICOS: UMA ANÁLISE DE CHARGES E TIRINHAS

APPROACH OF MEANING IN SEMANTIC AND PRAGMATIC STUDIES: AN ANALYSIS OF CARTOONS AND COMICS

Claudia Assad Alvares¹
Geam Karlo-Gomes²

RESUMO

Este texto busca evidenciar o papel de dois domínios linguísticos fundamentais no estudo da linguagem: a semântica e a pragmática, concomitantes na determinação dos estudos que permeiam a interação comunicativa. Parte-se do princípio de que, além da inteligibilidade das frases, há outros aspectos que integram o dito (semântica) e a leitura do que é dito (pragmática); com a virada pragmática, o uso, o contexto, a situação de discurso e os falantes redefinem os estudos linguísticos. O objetivo deste texto é mostrar que a semântica e a pragmática se imbricam na constituição dos estudos da linguagem. Procuramos demonstrar como isso acontece por meio da análise de charges e tirinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da linguagem; Semântica e pragmática; Máximas de Grice

ABSTRACT

This text shows the role of two fundamental linguistic domains in the study of language: semantics and pragmatics, which are concomitant in determining the studies that permeate communicative interaction. It is assumed that beyond the intelligibility of sentences, there are other aspects that integrate the saying (semantics) and the reading of what is said (pragmatic); with the linguistic turn, the use, the context, the speech situation and the speakers redefine the linguistic studies. The purpose of this text is to show that semantics and pragmatics are embedded in the constitution of language studies. We try to demonstrate how this happens through the analysis of cartoons and comics.

KEYWORDS: Language studies; Semantics and Pragmatic; Grice Maxims

Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica (...).
(João Cabral de Melo Neto, *Rios sem discurso*).

(...) O ponto de vista do carrasco era que não se podia cortar uma cabeça que não estava presa a um corpo (...).

¹ Doutora em Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de Pernambuco. E-mail: claudia.alvares@upe.br

² Doutor em Literatura e Interculturalidade. Professor do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS Rede Nacional / Universidade de Pernambuco. E-mail: geam.k@upe.br

(...) O ponto de vista do Rei era que qualquer um que tivesse cabeça podia ser decapitado, e tudo o mais era disparate.
(Lewis Carroll, *Aventuras de Alice: no país das maravilhas*)

INTRODUÇÃO

Refletir sobre como opera a linguagem é, entre outras coisas, debruçar-se sobre a riqueza linguística presente no jogo do uso das palavras e nas intenções de seus interlocutores. Atentemos para essas frases que costumeiramente ocorrem em situações de comunicação:

1. Você esqueceu a porta aberta.
2. Quem vai abrir a reunião hoje?
3. Abram o livro na página 123!

Além de percebermos que as sentenças apresentam proposições afirmativas, interrogativas e exclamativas, respectivamente, atentamos para o emprego recorrente do verbo “abrir”. Não se pode dizer que a sentença *a* tenha o mesmo sentido proposto em *b* e *c*, e vice-versa. O conceito que temos da palavra “abrir”, conforme define o dicionário, não permite uma solução para interpretação das sentenças no contexto em que elas ocorrem.

Ainda podemos determinar outros sentidos que essa mesma palavra assume, conforme surgem nos enunciados a seguir:

4. Ela decidiu se abrir comigo.
5. Abriu outra cratera na minha rua.
6. O menino abriu um berreiro!
7. Você não vai abrir a carta?
8. Ele abriu outra filial na cidade.
9. Abriram três vagas em nossa área!

Se fôssemos desafiados a elencar um sinônimo para a entrada lexical “abrir” em cada sentença acima, é certo que um único vocábulo não solucionaria os vários contextos em que ela ocorre, já que não cumpriria o papel semântico exercido em todas essas situações. Isso nos indica que, além do significado universal, dicionarizado e inteligível da língua, há os vários sentidos assumidos em cada situação contextual de uso da palavra. O sentido de “abrir”, como ocorre nas frases 4-9, não pode ser explicado pelas estruturas fonológica, sintática e morfológica da língua apenas. Tais fatores influenciam, mas não são suficientes.

O dicionário já aponta as várias possibilidades semânticas para “abrir”, mas o seu uso depende também de fatores não linguísticos, e é aí que a pragmática se torna essencial. Para além do sistema de signos trazidos pela linguística moderna, há elementos que determinam o sentido que não podem ser mensurados pela combinação de sintagmas ou pela junção de fonemas ou morfemas.

Como afirma Fiorin, “no sistema linguístico, temos oposições fônicas e semânticas e regras combinatórias dos elementos linguísticos”. Contudo, não são as “oposições semânticas nem as regras de combinação” responsáveis por explicar, sozinhas, os efeitos de sentido presentes. (FIORIN, 2008, p. 166). Daí a necessidade de abordagem de dois domínios fundamentais no campo da linguística: a Semântica e a Pragmática. É a partir da virada pragmática que conhecemos a pragmática com suas diversas vertentes.

A ordem em que apresentamos os teóricos neste texto não é cronológica, visto que o intuito é descrever o que esses pensadores da linguagem postularam em torno dos estudos da significação. Primeiro, com John Austin e Oswald Ducrot, numa abordagem fecunda com situações reais de

interação social; segundo, com Ludwig Wittgenstein, por meio de uma revisão contextualizada da teoria e análise em texto literário; e, por fim, elegemos os gêneros charges e tirinhas para demonstrações mais pormenorizadas dos princípios de Herbert Paul Grice. Com esse enfoque, buscamos demonstrar como esse conjunto teórico é fundamental no processo de interpretação, constituindo um arcabouço para “operar” os campos da semântica e da pragmática.

Essas contribuições são alcançadas durante o século XX e as publicações de uns teóricos acabam influenciando as pesquisas dos demais. Os pressupostos de Wittgenstein, em o *Tratado lógico-filosófico*, por exemplo, contribuíram para os trabalhos posteriores de Austin. No entanto, privilegamos essa ordem pela abrangência da segunda fase de Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas*. Quanto a Grice, o problema da significação não literal e da intencionalidade começa a ser tratado na pragmática, o que não se revelava com grande nitidez em Wittgenstein e Austin. Por isso, destacamos o trabalho de Grice por último.

1 As contribuições de John Austin e Oswald Ducrot

Entre os três estudiosos já citados, John Austin merece destaque no que se refere à virada linguística. Como comenta Rangel (2004), Austin contribui para a virada por ser inovador e buscar novos horizontes de estudos linguísticos, mesmo no momento em que havia sérias discussões sobre o formalismo na linguagem, principalmente por parte de filósofos da Escola de Oxford. No entanto, foi após as contribuições de *Investigações filosóficas*, que representa o período de maior contribuição de Wittgenstein para a pragmática atual, que Austin aprofunda, em décadas seguintes, a abordagem performativa da linguagem.

Analisando as sentenças afirmativas, Austin admitia que elas deveriam ser vistas como atos de fala e seguir as regras de valor de verdade, ou seja, atos locucionários. É nesse contexto que surge o tripé por ele formulado: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário.

O ato locucionário diz respeito à proposição tida como aceitável do ponto de vista gramatical, caracterizando o nível semântico da significação. No entanto, o emprego de determinada proposição numa dada situação já não se resume ao campo semântico, abarca também o pragmático. Nesse contexto, torna-se perceptível, entre outras questões, a exterioridade como constitutiva do sentido, ou seja, o contexto se torna fator determinante na determinação da significação. Trata-se de uma afirmação em um dado contexto de uso, em uma determinada situação e não tão somente do conteúdo proposicional. Esses critérios determinam o ato ilocucionário, cuja característica fundamental é realizar uma ação no momento mesmo de sua enunciação, o que pode ser observado na enunciação de determinados verbos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo. Assim, em “eu prometo”, o próprio enunciado já realiza a ação de prometer no momento exato de sua enunciação³; muito comum em certos rituais (por exemplo, “eu vos declaro marido e mulher”; “eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”; “juro falar a verdade, somente a verdade”; “prometo ser fiel na riqueza e na pobreza”), dentre outras situações, é de se notar uma espécie de “alargamento” no conceito de ato ilocucional. Dessa forma, percebe-se que uma ação é realizada quando o locutor afirma algo, como em “bati”, no jogo conhecido como “biriba” ou “buraco”; ao dizer “bati”, o jogo termina (ao menos aquela rodada), pois, efetivamente, o sujeito “bate”. Este exemplo permite dilatar um pouco a teoria dos atos de fala. Isto ocorre porque o próprio exemplo dado pelo verbo “bater”, no caso do jogo, abre novas possibilidades de análise e agrega valores à teoria, uma vez que não se enquadra no padrão preestabelecido dos verbos na primeira pessoa do presente do indicativo, inclusive, não só não se

³ O ato de realizar uma ação por meio da fala não é prerrogativa do presente do indicativo, primeira pessoa do singular. O lexema (morfeма lexical) do verbo interfere na definição de ato de fala – se alguém diz “eu prometo”, está realmente prometendo algo no momento da fala, está realizando a ação de prometer; todavia, se alguém diz “eu corro”, não está necessariamente correndo, aliás, o normal é que não esteja, pois, dificilmente, uma pessoa que está correndo diz “eu corro” enquanto corre.

enquadra como também, se fosse usado no presente, perderia todo o valor de ato de fala e não estaria realizando ação nenhuma.

Para comprovar essa afirmativa, basta participar de um único jogo de “buraco” para ter a certeza de que nenhum participante, no momento em que “bate”, fala “eu bato”, até porque, se falar, será muito mais fácil alguém perguntar-lhe “em quê?” ou “em quem?” do que imaginar que ele está vencendo aquela rodada ou o jogo, uma vez que, para fazê-lo, é preciso usar o verbo no *pretérito perfeito*, primeira pessoa; contudo, há que se notar ainda que o pretérito perfeito, nesse caso, não tem valor de pretérito perfeito, mas de presente, pois, no momento da enunciação realiza-se uma ação, a ação de “bater” e encerrar o jogo. Mas ainda há mais; quando, em uma partida de xadrez, dizemos ao nosso oponente a “palavrinha mágica” “xeque-mate”, realizamos uma ação muito semelhante ao “bati”, com uma única diferença: no caso do xadrez, há duas palavras para pôr o rei “em perigo”, “xeque” e “xeque-mate”, sendo a primeira tão somente um “alerta”, já que ainda existe “saída” para essa peça tão importante; já no caso da segunda, não há mais “saída” para o rei. Em relação ao “buraco”, o sintagma verbal “bati” será usado tanto para encerrar uma simples rodada, como para acabar a partida. Em relação ao “xeque-mate”, temos, portanto, um legítimo ato de fala; todavia, esse ato se nos revela à análise não através de um verbo no presente do indicativo, primeira pessoa, mas por meio de um *substantivo*. Outros exemplos que consideramos válidos para análise são os jogos “mau-mau” e “bingo”; em ambos, um de cartas e outro de cartela, as respectivas expressões ganham o jogo, ou uma rodada deste, no ato de sua enunciação. Nos jogos de cartas, em geral, quando um determinado jogador fica sem cartas e não há mais na mesa para comprar, basta dizer aos demais: “passo” e, no exato momento da enunciação, pratica a ação de dar a sua vez ao companheiro de jogo que está à sua direita (ou esquerda, dependendo do que for acordado entre os participantes). Trata-se aqui de um uso que se enquadra nos padrões verbais para o ato ilocucional, já que o verbo “passar” está sendo usado no presente do indicativo, primeira pessoa do singular. De fato, o grupo de verbos flexionados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo constitui a maioria dos exemplos de que dispomos; todavia, também há outros que “fogem” a esse paradigma.

O resultado dos dois atos (locucionário e ilocucionário) forma o ato perlocucionário, que corresponde ao efeito da proposição sobre o interlocutor. A expressão: “Sou policial”, na semântica tradicional, pode ser o simples arranjo fonológico, morfossintático e semântico. No entanto, do ponto de vista de Austin, é preciso atentar para essa sentença tendo como base a concepção do ato ilocucionário. Com efeito, dependendo do emprego numa dada situação contextual, essa sentença pode significar uma afirmação, como meio de se identificar em determinado ambiente; ou uma solicitação de entrada em um recinto, apresentando suas credenciais; um flagrante planejado ou não; ou uma ordem de saída, pela simples presença de uma autoridade, entre outras. O resultado dessa proposição numa dada situação é tido como o ato perlocucionário, ou seja, a consequência que a proposição produziu no ouvinte. Se o ouvinte deixou que o policial entrasse num *show* sem pagar, por exemplo, essa foi justamente a consequência produzida pelo enunciado; já essa proposição dita em uma favela carioca dominada por alguma facção do crime organizado, muito provavelmente produzirá uma imediata sentença de morte.

Esses aspectos pragmáticos também são empregados por muitos estudiosos da Semântica, como Oswald Ducrot. Embora ele preconize que seus estudos se situam fora da Pragmática⁴, “admite que tudo ou quase tudo que concerne ao sentido de um discurso é pragmático”. Para esse filósofo da linguagem, “os aspectos semânticos de um discurso que não sejam diretamente previsíveis a partir de sua estrutura linguística [...] mas se compreende somente quando se considera a situação na qual o discurso é produzido” devem ser chamados de pragmáticos (DUCROT, 2005, p. 9). Dessa forma, o sentido de uma palavra está sempre associado ao contexto em que ela surge.

Essa aceção dentro da semântica se assemelha muito ao que foi postulado por Austin. A chave para compreensão é o contexto, que “permite especificar o ato que o locutor pretendeu

⁴ Cf. Ducrot (2012).

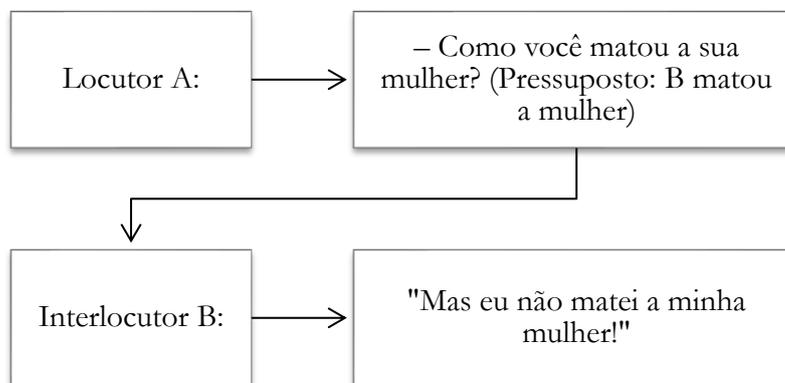
realizar” (DUCROT, 2005, p. 10), pois parte fundamental do sentido está na situação comunicativa; e assim, a análise das estruturas linguísticas, sozinha, não é suficientemente eficiente para explicá-lo.

Contudo, é preciso considerar o verdadeiro tratamento que Ducrot dá ao sentido. Apesar de admitir que ele se realiza por meio do contexto de construção pragmática, ele não pode escapar ao valor propriamente linguístico das palavras. Essa constatação ducrotiana reafirma ainda mais o fato de que semântica e pragmática são interdependentes na construção do sentido.

Como sinônimo de *contextual*, o adjetivo *pragmático*, para Ducrot, no tocante ao “ato de enunciação realizado pelo locutor, são todas as informações que o enunciado dá sobre a atitude daquele que fala no momento em que fala e sobre as relações que sua fala pretende estabelecer ou constatar entre ele e seus interlocutores” (DUCROT, 2005, p. 12). Apesar de estar muito atrelado às leituras de Saussure e Benveniste⁵, Ducrot conclui que a semântica e a pragmática não podem se separar, formam uma linguística necessária para determinação do sentido. O contexto se integra ao sentido do enunciado, sendo a representação da própria enunciação. Assim, tanto para Ducrot como para Austin, o significado está no preenchimento com os dados do contexto. Sem ele não há sentido.

Cabe destacar ainda que Ducrot (1977) enfatiza a contestação dos pressupostos da pergunta⁶ como um procedimento que encerra um grande valor polêmico, já que desqualifica a fala do locutor, a qual, ao ser desqualificada, passa a prescindir de uma resposta⁷. É de se notar, contudo, que invalidar uma fala cuja característica principal é instituir no outro a obrigatoriedade de uma resposta significa, no mínimo, uma afronta ao locutor. Vamos esquematizar este processo para uma melhor visualização:

Figura 1 – Interrogatório policial



"Traduzindo" a resposta de B, teremos: (1) a recuperação linguística do pressuposto ("A pressupõe que matei minha mulher"); e (2) refutação do pressuposto ("Mas" – marcador de oposição – eu *não* a matei!). Isto resulta na desqualificação da fala de A ("Não tem sentido eu responder "como", se não a matei!"):

⁵ Essa constatação é oriunda de afirmação feita pelo próprio Ducrot em entrevista. Cf. *Ibidem*.

⁶ Ainda com relação à pergunta, Ducrot (1977, p. 103) irá nos dizer que esta "não se contenta em oferecer o diálogo, mas o impõe: (...), cumpre pôr em evidência o fato de que ela obriga o ouvinte a falar por sua vez".

⁷ PAULIUKONIS, M. A. Lino; ASSAD Alvares, Cláudia; 2020.

meio de uma palavra (ou expressão) contida no próprio texto⁹, isto é, há uma prova material – escrita no próprio texto (por isso, material) ou dita (caso se trate de um texto oral) – que permite resgatar o pressuposto. Assim, se a mulher deseja que o marido preste atenção nela, é porque ele não presta; mas, se ela quer que ele preste mais atenção, alguma ele presta embora a mulher a considere insuficiente. E por não satisfazer a pouca atenção que recebe, ela resolve tomar uma providência hilária: quer comprar algo que não existe – e é justamente aí que vamos levantar o véu situacional para descobrir o implícito discursivo, já que este não nos deixa qualquer prova material. Vejamos, então, o resultado de uma soma que costuma ser diária em nossas vidas: CONTEXTO SITUACIONAL + CONHECIMENTO DE MUNDO = IMPLÍCITO DISCURSIVO; ou seja: se, para atingir seu objetivo, a mulher precisa adquirir um perfume com cheiro de computador, só há uma justificativa possível para tal: o marido não presta muita atenção nela porque não larga o computador (assim como muitos outros maridos e, principalmente, filhos); de fato, se este toma quase todo o tempo livre do marido, sobra bem pouco para a mulher.

2 Os estudos pragmáticos e o jogo de sentido de Wittgenstein

O que podemos denominar hoje de Pragmática se tornou possível graças ao pensador Ludwig Wittgenstein. Com ele, a prática social torna-se essencial no processo de interpretação do sentido, considerando os aspectos linguístico e extralinguístico. Desta feita, o contexto mais uma vez é determinante no processo de significação. Como afirma Karina Lelles, na visão de Wittgenstein, “o contexto é fundamental para se determinar o significado de uma palavra, e o ensino do significado é sempre um ensino relativo ao uso de algo.” Em outras palavras, “um signo isolado é algo morto que só ganha vida no uso” (LELLES, 2008, p. 12). A partir desse estudioso da linguagem, tornou-se possível sair do significado previamente fixo e determinado da linguística tradicional, e passou-se a analisar o significado por meio dos jogos de linguagem.

Antes dessa contribuição mais significativa para a Pragmática, em o *Tractatus Logico-Philosophicus*, de 1922, Wittgenstein concebe o mundo e a linguagem como naturezas de essência comum, percebidas através da gramática lógica. De acordo com Grayling, o que Wittgenstein propõe nessa obra é explicar como funciona a linguagem e sua natureza, buscando estabelecer pontos de relação com o mundo. Para isso, estabelece a noção de proposição para assegurar a aceitação de verdadeiro, diferenciando sentença e proposição. A distinção extrema acentuada por Wittgenstein consiste na aceitação de presença/ausência de sentido:

Uma sentença é uma série gramaticalmente bem-formada de palavras em alguma língua, escrita ou falada por alguém em determinado tempo e lugar. Uma sentença tem apenas de obedecer às regras gramaticais da língua a que pertence para ser uma sentença; não precisa além disso ser “significativa” – séries de palavras como “ideias verdes dormem furiosamente” qualificam-se como sentenças, apesar de não fazerem sentido. Uma proposição, por outro lado, é o que é declarado quando uma sentença (mais precisamente, uma sentença declarativa) é empregada significativamente e não ociosamente – portanto, proposições e sentenças são coisas completamente diferentes (GRAYLING, 2002, p. 31-32).

Segundo Zandwais (2002 *apud* RANGEL, 2004), nessa fase, Wittgenstein buscava dar um novo tratamento ao estatuto da linguagem, crendo que havia uma relação simétrica da linguagem com as expressões de pensamento, em uma representação literal do mundo.

Por outro lado, já na segunda fase, Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas*, publicada postumamente em 1953, abandona muitos de seus conceitos fundamentais da fase anterior, ao

⁹ Quando dizemos que "Pedro parou de beber", *necessariamente temos de admitir* que "Pedro bebia antes"; além disso, não se pode *parar de fazer* algo que jamais se fez ou começou, o que nos indica também que é o verbo "parar de" o sintagma que resgata a informação pressuposta de que "Pedro bebia antes".

contradizer os estudos da linhagem de base lógica simbólica, entre eles, os de Charles Morris. O pensamento wittgensteiniano se volta então para a essência da linguagem e assume que ela não era algo homogêneo; ao contrário, admitia a existência de um aglomerado de linguagens. Por meio dessa combinação, a qual chamou de “semelhança de família”, determina o estudo do significado por meio do uso em um determinado jogo.

Como se sabe, Saussure via na língua o verdadeiro objeto da Linguística, em detrimento da fala. Em outras palavras, atinha-se ao sistema linguístico universal, abandonando o uso concreto da linguagem. Em oposição, a pragmática, conforme explica Fiorin (2008), não atribui à língua um papel central, mas também não a exclui da utilização da linguagem. Sua base é a prática linguística. Dessa forma, os trabalhos dos filósofos da linguagem como Austin, Wittgenstein e Paul Grice deram vigor ao que hoje conhecemos pela pragmática.

Conforme ainda explica Fiorin, é tarefa da pragmática estudar

a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso, o que fora deixado de lado pelas correntes anteriores da Linguística, que criaram outros objetos teóricos. O estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta da fala (FIORIN, 2008, p. 166).

Como já afirmou Austin, por meio da fala, não se comunica o sentido virtual, mas o sentido contextual, assim como os conteúdos implícitos. Tal concepção fora inicialmente destacada também por Wittgenstein. Seu modelo se configurava a partir da aceitação de que uma proposição sem os usos linguísticos não era suficiente. Por ser variável, a linguagem permitia diversos jogos. O significado não está disposto no pensamento padronizado pelo saber, mas de acordo com determinada circunstância de uso.

Com efeito, no lugar de recorrer ao quadro de experiência virtual, busca-se no contexto o sentido da proposição, visto que “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 1999, §43). O uso se abre também para a perspectiva da ambiguidade, presente numa maioria de gêneros:

Ao observarmos diversos discursos, percebemos que o uso de certos recursos linguísticos como ambiguidade, ironia e metáfora só são possíveis porque a nossa linguagem possui regras que permitem o uso de um signo em situações diversas e até mesmo não habituais. Aliás, estes recursos se tornam muitas vezes indispensáveis quando pensamos em determinados discursos como propagandas, charges, crônicas, dentre muitos outros. Portanto, uma linguagem ideal, onde não houvesse qualquer ambiguidade, indeterminação de sentido e possibilidade de mau entendimento, como queriam os filósofos tradicionais, tiraria toda a possibilidade que temos de utilizar a língua como um jogo (LELLES, 2008, p. 11).

Os jogos de linguagem são os mecanismos que nos permitem empregar um mesmo signo para interrogar, afirmar, supor, diferenciar ou mesmo ordenar. Para Wittgenstein, existe uma multiplicidade de jogos de linguagem que não é fixa, isso porque sempre surgem novos jogos, outros são esquecidos ou mesmo modificados. Para Wittgenstein, torna-se possível elencar alguns:

Comandar, e agir segundo comandos; descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas; produzir um objeto segundo uma descrição (desenho); relatar um acontecimento; conjecturar sobre o acontecimento; expor uma hipótese e prová-la; apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas; inventar uma história; ler; representar teatro; cantar uma cantiga de roda; resolver enigmas; fazer uma anedota; contar; resolver um exemplo de cálculo aplicado; traduzir de uma língua para outra; pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar. (WITTGENSTEIN, 1999, 35-36).

Por essa pequena mostra de exemplário de Wittgenstein, torna-se possível perceber que cada jogo está atrelado a uma situação de comunicação social e interação e requer a produção ou leitura e compreensão de algum gênero textual. Essas situações ocorrem no âmbito extraescolar e também na escola; assim, “fazer relato de uma vivência, narrar um conto de fadas, ler um livro, deduzir teoremas, contar anedotas, dar ordens e instruções, descrever um quarto etc. seriam exemplos de atividades que Wittgenstein considera como jogos de linguagem” (LELLES, 2008, p. 12).

Vejamos um exemplo de diferentes jogos de linguagem no embate entre duas personagens de *Aventuras de Alice: no país das maravilhas*, a partir do raciocínio dedutivo de Alice:

Alice argumenta com o Rei:

Alguns dos jurados escreveram "importante" e outros "desimportante". Alice podia ver isso, pois estava suficientemente perto para olhar por cima das suas lousas. "Mas isso não tem a menor importância" – pensou consigo mesma. Nesse momento o Rei, que estivera muito ocupado em escrever algo em seu caderno de anotações, ordenou "Silêncio!" e leu o que estava escrito: – *Artigo Quarenta e Dois*: Todas as pessoas com mais de um quilômetro e meio de altura devem abandonar o recinto do tribunal. Todos se viraram para Alice.

– Eu não tenho mais de um quilômetro e meio de altura – afirmou Alice.

– Tem sim – replicou o Rei.

– Tem quase três quilômetros – acrescentou a Rainha.

– Bom, de qualquer modo não vou-me embora, de jeito nenhum – desafiou Alice.

– Além do mais, esse artigo não é legal: *voce acabou de inventá-lo*.

– *Pois é o mais antigo do Código* – disse o Rei.

– *Nesse caso, devia ser o Número Um* – argumentou Alice.

O Rei empalideceu, apressando-se a fechar o seu caderno de notas.

Façam o seu veredicto – disse, em voz baixa e trêmula, voltando-se para o júri. (CARROLL, 1980, p. 126). (Grifos nossos).

Inicialmente, o que se pode perceber de imediato no diálogo supra é um único e decisivo argumento de Alice, tão poderoso que silencia qualquer réplica (ou contra-argumento) de seu interlocutor (o Rei). É de se notar que o raciocínio de Alice para viabilizar o seu argumento parte do pressuposto de que *o mais antigo deve ser o primeiro* e, por conseguinte, deve receber o número um; além disso, se o número do artigo é quarenta e dois, pressupõe ainda que quarenta e um artigos o antecederam, o que reforça sua refutação do que foi dito pelo Rei. Por outras palavras, Alice raciocina a partir da premissa de que "tudo o que é mais antigo deve vir em primeiro"; se o número do artigo é quarenta e dois, *é lógico que não pode ser o primeiro*; logo, conclui-se que ele *não é o mais antigo*.

Todo esse raciocínio lógico – que por si constitui a demonstração do argumento de Alice – está contido em uma única frase, cujo objetivo é persuadir o Rei. Convém observar que o objetivo foi atingido – o silêncio do Rei e a mudança de assunto, pois da forma como o argumento foi construído, não houve meios de refutá-lo.

3 Os estudos da significação em Herbert Paul Grice

Ao estudar a natureza da conversação, Grice (1982) observa que esta é regida por considerações gerais independentemente de seu assunto. Partindo desse ponto, o autor apresenta-nos uma espécie de aparato teórico que pretende dar conta das citadas condições. O aparato proposto por Grice (1982) encontra seus alicerces no Princípio de Cooperação, o qual postula que os falantes, ao interagirem conversacionalmente, compartilham propósitos comuns, ou, pelo menos, empreendem um diálogo, cuja direção é aceita por eles (os participantes da conversa).

Devemos observar que esse fato ocorre porque pressupomos que um diálogo consiste em uma sequência de atos de fala encadeados; por outras palavras, quando falamos, construímos uma cadeia cuja base é a continuidade de sentidos e, para que tal ocorra, necessitamos de esforços cooperativos mútuos. Nas palavras de Kato (1986, p. 43), “quando dois falantes conversam, a comunicação se dá porque os dois se engajam em um esforço cooperativo para atingir um objetivo.”

Koch e Travaglia (1991, p. 49) reforçam e ampliam tal concepção, afirmando que:

Na verdade, o que ocorre é que os que interagem numa situação comunicativa sempre se tomam como mutuamente cooperativos, isto é, como querendo consumir uma intenção comunicativa, por isso o receptor (interpretador) fará todo o possível para estabelecer um sentido para a sequência que recebe, por mais absurda, incoerente, sem sentido que ela possa parecer: ele irá construir as relações que não figuram explicitamente no texto, usando para isso todos os recursos à sua disposição (...).

Não obstante os autores estarem se referindo ao texto escrito, “as relações que não figuram explicitamente” constituem as entrelinhas, que, no texto oral, correspondem àquilo que não está dito explicitamente e que, por conseguinte, deve ser recuperado por meio de inferências. Aquilo que não está dito explicitamente, que transcende o significado convencional das palavras na sentença, que está por trás, enfim, que está implícito, Grice denominou implicatura conversacional.

Tais implicaturas estariam intimamente relacionadas a certos traços gerais do discurso, que Grice descreve por meio do Princípio de Cooperação (1982, p. 86):

(...) Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita. Este propósito ou direção pode ser fixado desde o início (...) ou pode evoluir durante o diálogo; pode ser claramente definido ou ser bastante indefinido a ponto de deixar aos participantes considerável liberdade (...). Mas a cada estágio, ALGUNS movimentos conversacionais possíveis seriam excluídos como inadequados. Podemos formular, então, um princípio muito geral que se esperaria (...) que os participantes observassem: Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.

Tomando este princípio como o pilar básico da conversação, Grice agrupa quatro categorias, a saber: Quantidade, Qualidade, Relação e Modo. Cada uma dessas categorias abarca certas máximas e submáximas mais específicas, que, tomadas em seu conjunto, constituem o arcabouço teórico – regido pelo Princípio de Cooperação – proposto por Grice para alicerçar a conversação.

Nas palavras de Grice (1982, p. 86-87):

A categoria da QUANTIDADE está relacionada com a quantidade de informação a ser fornecida e a ela correspondem as seguintes máximas:

1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação).
2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Cabe ressaltar que Grice questiona a eficácia da segunda máxima, dado que o interlocutor pode ser levado a pensar que há algum propósito por trás do excesso de informações.

Segundo o mesmo autor (1982, p. 87):

Sob a categoria da QUALIDADE, encontramos a supermáxima: “Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira” e duas máximas mais específicas:

1. Não diga o que você acredita ser falso.
2. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.

Sob a categoria de RELAÇÃO, coloco uma única máxima, a saber: “Seja relevante”.

Ressalte-se que Grice não explicita o que seja esta máxima; ele apenas problematiza algumas questões referentes a ela, tais como tipos de foco de relevância, suas transformações no curso da conversação e outras¹⁰.

A categoria do Modo é definida por Grice da seguinte forma (1982, p. 87-88):

Finalmente, sob a categoria do MODO, que entendo como relacionado não ao que é dito (como nas categorias anteriores), mas sim a como o que é dito deve ser dito, incluo a supermáxima – “Seja claro” – e várias máximas, tais como:

1. Evite obscuridade de expressão.
2. Evite ambiguidade.
3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
4. Seja ordenado.,

podendo-se necessitar ainda de outras.

Se analisarmos mais de perto as máximas griceanas, perceberemos em seu bojo um sutil aspecto dicotômico; vejamos o porquê disto: claro está que, ao postular tais máximas, o autor estava, na verdade, postulando a natureza da conversação ideal; todavia, presenciemos na prática, em nosso cotidiano, que a conversação ideal é, como o próprio nome diz, um ideal. Ao comunicarem-se umas com as outras, as pessoas infringem as máximas com frequência, ou quase sempre.

Por outro lado, as pessoas, ao se comunicarem, procuram entender-se, caso contrário, a comunicação não seria bem-sucedida. Melhor dizendo, os participantes de uma conversação buscam um entendimento mútuo e, para que isto ocorra, necessitam de cooperação recíproca; é como se intuitivamente buscassem atingir tais máximas.

Quando não entendemos o sentido das palavras do outro, ou quando não conseguimos traduzi-lo por meio de inferências, invariavelmente questionamos com o intuito de obter uma compreensão clara do que está sendo dito. É como se houvesse um princípio regulador interno na comunicação humana, cujo objetivo seria o de assegurar uma conversação ao menos inteligível entre as pessoas.

Tal princípio poderia ser comparado a um processo de retroalimentação, em que o circuito conversacional seria alimentado pelas próprias infrações às máximas; tal processo, inerente ao sistema da comunicação humana, justifica-se pelo simples fato de que, se todas as comunicações deflagrassem atos de fala perfeitos, cada um deles permaneceria fechado em si mesmo e, por conseguinte, não haveria troca.

Grice, ao expor sua teoria, refere-se às violações das máximas, em sua grande maioria, como fazendo parte de um acordo tácito entre os participantes da conversação. Segundo esse raciocínio, as infrações seriam secundárias, já que o princípio regente central não estaria exposto a elas. Isto se dá em função do pressuposto de que, quando duas pessoas conversam, seu discurso é guiado pelo Princípio de Cooperação.

¹⁰ O conceito de relevância, na forma como foi exposto por Koch e Travaglia, lança luz na compreensão da máxima *seja relevante* (1991, p. 81): “O requisito da relevância exige que o conjunto de enunciados que compõem o texto seja relevante para um mesmo tópico discursivo subjacente, isto é, que os enunciados sejam interpretáveis como falando sobre um mesmo tema.”

Nesse caso, poderíamos ser levados a supor que a violação das máximas é aparente, pois, de outro modo, não haveria acordo entre os participantes da conversação; todavia, temos que salientar que há diferenças entre violações intencionais, deliberadas, e aquelas que não o são.

O sujeito que dá a entender que está infringindo as máximas insinua ao outro que este deve “ler” nas entrelinhas do seu discurso; com tal comportamento, de alguma forma, ele estará guiando o outro, através das pistas conversacionais, para que o que está sendo dito seja compreendido. Dessa forma, podemos observar aqui mais uma violação supostamente aparente, subsidiada por uma contradição, pois, no contexto daquela situação particular, o infrator que, teoricamente, não quer ser entendido, ele próprio, através de seu discurso, fornece pistas e material para inúmeras inferências.

Ressalte-se que, quando sugerimos ser a violação às máximas aparente, não queremos dizer com isto que ela não ocorre; ao contrário, seja deliberada ou não, a infração efetivamente ocorre. A diferença está no fato de a violação ser ou não proposital: aquele indivíduo que tenta ludibriar o outro por meio de seu discurso infringe as máximas deliberadamente; o mesmo não se dá em relação àquele que tem dificuldades de se expressar ou traz o pensamento confuso, visto que este, embora viole as máximas, não o faz intencionalmente.

Contudo, quando há um acordo, por exemplo, um escrito literário, a ironia, ou quando há uma terceira pessoa na conversa e o falante não deseja ser entendido por ela, as pistas comunicacionais fornecidas facultam o entendimento de alguma outra forma, geralmente, por meio de inferências. Por esse motivo, sugerimos que tais violações são aparentes, mas, na verdade, não são aparentes, são necessárias, fato este que demonstra a versatilidade das pessoas no discurso e nos processos utilizados para se fazerem entender.

Precisamente aí está a importância do arcabouço teórico proposto por Grice, mesmo que seus postulados preconizem uma conversação ideal, pois as pessoas, de uma forma ou de outra, buscam o entendimento mútuo.

Há um fato bastante relevante que não devemos olvidar e que corrobora o que foi explicitado acima: quando alguém se comunica, não o faz sem um objetivo; por outras palavras, não comunica meramente por comunicar; há um compromisso implícito na comunicação, qual seja o de interagir com o outro, trocar, entender e fazer-se entender, em suma, apreender o sentido do que está sendo dito pelo outro.

Considere as figuras a seguir, cuja análise confirma algumas das categorias de Grice:

Figura 4 – Insulto



Fonte: Disponível em: [charge-voce.jpg \(400x320\) \(bp.blogspot.com\)](#). Acesso em: mar. 2021.

Figura 5 – Sujeito da oração



Fonte: Disponível em: [charge-sujeito.jpg \(450x360\) \(bp.blogspot.com\)](#). Acesso em: mar. 2021.

Nas figuras 4 e 5, as falas dos dois garotos revelam que ambos compartilham da mesma visão de mundo, no que se refere aos políticos. O primeiro garoto usa o nome “político” como um palavrão, isto é, para ele, “político”, efetivamente, é um palavrão, pois é este o status a que o menino relega a palavra; a disposição para briga, a posição das mãos e a expressão fechada reforçam essa interpretação. Acrescente-se ainda que a presença do “pronome” “seu”, fora de seu campo sintático habitual, anteposto a “político” e seguido de reticências, reproduz o modo como, em geral, se xinga o outro; note-se aqui a importância do contexto de uso e do conhecimento de mundo do leitor para o entendimento da charge.

Já o outro, o aluno, ao ridicularizar o eleitor confiante, está evidenciando a sua própria descrença em relação à honestidade dos políticos, o que é o mesmo que declarar a desonestidade destes. Há que se notar, portanto, que os dois garotos veem os políticos de modo bastante pejorativo, e o efeito cômico das charges está, sobretudo, no modo de expressar a descrença do segundo, que desvia o foco sintático (reconhecimento do sujeito da oração) para o foco do discurso, bem como na mudança do campo semântico de “político” (de “relacionado à política” para “palavras de baixo calão”) pelo primeiro garoto. A quebra de coerência que se pode depreender da fala do segundo garoto (figura 5) “viola” a categoria de RELAÇÃO de Grice, uma vez que professora e aluno não falam “a mesma língua”; por outro lado, é sempre bom lembrar que essa violação é proposital, dado o gênero textual que está sendo considerado. Acrescente-se ainda que essa “infração” à máxima produz a causa necessária à atuação do princípio de cooperação na relação entre autor-leitor.

Cabe destacar o papel da situacionalidade, uma vez que o jogo de forças existente entre texto e situação produz múltiplas e imediatas associações no leitor que poderão – ou não – encontrar eco, a depender dos valores, crenças e expectativas deste; há que se considerar ainda que todo esse jogo de forças, à semelhança do buril na madeira, interage com a mente do leitor, que, em última análise, é ela própria um hipertexto, produto do grande caldo cultural no qual esse leitor está imerso.

Figura 6 – Mônica e companhia



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

5445

Fonte: Disponível em: <https://nzmangasanimes.wordpress.com/2013/07/11/gibis-para-le-e-se-divertir/>. Acesso em: mar. 2021.

É de se notar que torcer pela Mônica implica necessariamente não torcer pelos três amigos. A propósito, estes também deveriam torcer por ela; se não o fizeram, só pode ser porque não se deram conta de que, se ela perde a disputa, caem no precipício junto com o Cebolinha. Afinal, não é nada razoável afirmar que eles sabiam disso e, ainda assim, continuaram a disputar com ela. Quanto ao Cebolinha, desde o início ele está torcendo pela Mônica, pois será o primeiro a cair caso ela perca. Ademais, o verbo *parar de* pressupõe que alguém pare o que já estava fazendo antes, pois não se pode parar de fazer algo que ainda não foi iniciado (veja-se a nota 9). Saliente-se que o aspecto cômico da tirinha se sustenta justamente nessa pressuposição, visto que Cebolinha e Mônica estão no mesmo alinhamento, mas por motivos diferentes. Note-se ainda que vigora entre os três oponentes da Mônica uma espécie de acordo tácito “às avessas”, já que torcer contra ela implica torcer contra si mesmos, pois, se a Mônica perder, todos perdem, menos ela própria, o que gera um divertido paradoxo.

Os leitores de Mauricio de Sousa, no entanto, sabem que a Mônica vencerá a disputa – ela sempre vence! – afinal, não escapa ao observador arguto que a menina suporta o peso de quatro meninos sem sequer vergar o corpo, o que já não ocorre com o Cascão e os outros dois garotos. E se a Mônica ganhar, todos ganham, de modo que, embora não haja esforços cooperativos mútuos com vistas a um “entendimento”, pois, se houvesse, descaracterizaria a tirinha, se os três meninos perderem para ela – o que sabemos que se dará, ao final, todos sairão ganhando, embora por razões distintas. Aqui, os esforços cooperativos de todos terminariam por restaurar a coerência da tira e o humor deixaria de sê-lo.

Figura 7 – Suporte técnico



Fonte: Disponível em: <http://rosalieartes.blogspot.com/2009/08/suporte-em-ti.html>. Acesso em: jun. 2019.

O suposto técnico, ao mencionar o “canto superior direito”, refere-se à tela do computador, e não “ao teto da sala”; como as pessoas, de um modo geral, sabem que o *mouse* deve ser movimentado em uma superfície horizontal, o profissional omitiu esse pormenor, que é o básico do básico. Quando movimentamos o *mouse*, levamos a setinha que aparece na tela a qualquer “lugar” da própria tela. No entanto, para a moça, o verbo *levar* só pode ser usado em uma acepção: a literal. Vejamos isso mais de perto: é preciso dois polos para que o ato de levar se efetive – o de partida e o de chegada, pois, ao levar algo de um ponto a outro, o que se faz é transportar esse algo de um lugar para outro. E, de fato, a nossa jovem seguiu à risca a “lição”: transportou, literalmente, o *mouse*, isto é, subiu em cima de uma cadeira para alcançar o canto superior direito do teto da sala, como se pode observar na imagem supracitada. Quanto ao botão direito do *mouse*, muito provavelmente não vai obedecer ao comando, sobretudo da posição em que está. Note-se que é possível resgatar, por meio da fala da usuária, a instrução dada pelo técnico, a saber, “– ponha o *mouse* no canto superior direito e clique no botão direito”; aqui há um jogo de suposições paralelo aos esforços cooperativos dos interlocutores, visto que o técnico supõe que a usuária entendeu suas instruções, ao passo que esta supõe ter entendido, tanto que solicita o prosseguimento das explicações. Naturalmente que o engajamento de ambos para que o problema seja solucionado resultará em fracasso, pois não é razoável crer que o técnico imaginará que a jovem senhora subiu na cadeira para alcançar o canto direito do teto da sala. Por outro lado, não se pode dizer que a contribuição do técnico não tenha sido suficientemente informativa, pois as instruções passadas não preveem nenhum tipo de reação que fuja ao razoável, afinal, se assim fosse, o humor da tira estaria comprometido. Paradoxalmente, a situação hilária resulta justamente do malogro do

princípio de cooperação e da violação da máxima de RELAÇÃO, embora esta esteja aparentemente sendo respeitada, pois, ainda que os dois estejam falando do mesmo assunto e a contribuição conversacional de ambos seja relevante, isso ocorre relativamente ao *entendimento* de cada um sobre a linguagem instrucional que está sendo utilizada.

Figura 8 – Cascão e Cebolinha



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

5221

Fonte: Disponível em: <https://nzmangasanimes.wordpress.com/2013/07/11/gibis-para-le-e-se-divertir/>. Acesso em: mar. 2021.

Por se tratar de um discurso lúdico (= a tira), espera-se, a qualquer momento, uma quebra de expectativa, o que acontece em determinado momento, diante do ineditismo de algum fato ocorrido. No caso dessa tira, o Cebolinha vai em direção ao cascão com uma maleta de primeiros socorros; não há outra interpretação possível para esse gesto, que não a intenção [= do Cebolinha] de fazer um curativo no divertido personagem (= Cascão); essa hipótese será rejeitada imediatamente após a leitura da tira porque o leitor perceberá que houve quebra de expectativa: o Cascão viu a possibilidade de um curativo ser feito em seu machucado “cair por terra” ao constatar que o Cebolinha apenas estava incomodado com o seu [= do Cascão] berreiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a linguagem é um grande jogo em que o sentido é construído ou negociado entre os participantes de uma interação. Para negociar o sentido, no entanto, precisamos de um “algo a mais”: um contexto que forneça pistas que ancoram o que está acontecendo “aqui e agora”, nesta ou naquela interação; necessitamos ainda de esquemas de conhecimento e de recursos linguísticos que transformem nossos pensamentos, sentimentos e emoções em palavras que codifiquem um sentido; precisamos também da base de toda e qualquer comunicação: os recursos não verbais e paralinguísticos, cuja função é unificar sentidos e comportamentos; necessitamos, sobretudo, de pessoas, seres do discurso que ponham em funcionamento toda essa maravilhosa engrenagem.

Nessa conjuntura, os fatores extralinguísticos e contextuais são imprescindíveis para inferir o sentido nos textos. Por isso, somos levados a confirmar o que Ducrot conclui a respeito de que a semântica e a pragmática são inseparáveis e formam um todo dentro da linguística de compreensão do sentido. E é exatamente a partir da virada pragmática, principalmente a partir das contribuições de John Austin, Ludwig Wittgenstein e Herbert Paul Grice, que conhecemos a pragmática hoje com suas diversas vertentes. Por isso, a linguagem dinâmica, no seu processo de retroalimentação, para ser compreendida em suas distintas formas de interlocução, requisita amparo da semântica e da pragmática. Isso pode ser constatado a partir da recepção de textos multimodais como charges e tirinhas, gêneros que permeiam os campos jornalístico, midiático, artístico, escolar, entre outros.

Nesse sentido, conceitos como atos locucionários, jogos de linguagem e princípio de cooperação são fundamentais para operar a interpretação desses textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. Por uma concepção semântico-pragmática da linguagem. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. v. 5, n. 8, mar. 2007. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_8_por_uma_concepcao_semantico_pragmatica_da_linguagem.pdf. Acesso em: jul. 2015.
- AUSTIN, John L. *How to do things with words*. Londres: Oxford University Press, 1975.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice: no país das maravilhas / através do espelho e o que Alice encontrou lá*. São Paulo: Summus Editorial, 1980.
- DUCROT, Oswald. A Pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de hoje*. Porto Alegre. v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fale/article/view/13721/9105>. Acesso em: jul. 2015.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- DUCROT, Oswald. Trajetória e legado de um filósofo da linguagem: Oswald Ducrot. Entrevista realizada e traduzida por Antonio Carlos Xavier. *Revista Investigações*, v. 25, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/337/282>. Acesso em: jul. 2015.
- FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: FIORIN, José L. (org.) *Introdução à Linguística I. Objetos teóricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- GRAYLING, A. C. *Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. Traduzido por João Wanderley Geraldi. In: *Fundamentos Metodológicos da Linguística: Pragmática*. v. IV. Campinas: Editora da UNICAMP, 1982. p. 81-103.
- GRICE, H. P. *Significado*. México: Instituto de Investigaciones Filosóficas da Universidad Nacional Autónoma de México, 1977.
- KATO, M. A. *No mundo da escrita — uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.
- LELLES, Karina Corrêa. A importância de Wittgenstein no estudo da pragmática. XI CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Jr. *Cadernos do CNLF*, v. XI, n. 09. Pragmática. Rio de Janeiro: CíFEFiL, 2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xicnlf/9/Cad09_XICNLF.pdf. Acesso em: jul. 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MELO NETO, João Cabral de. *Obra completa*: volume único. Marly de Oliveira (org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- PAULIUKONIS, M. A. Lino; ASSAD Alvares, Claudia. Linguística Textual no Brasil: trajetória e principais temas da obra de Ingedore Koch. *SEDA*. Revista de Letras da UFRRJ. Seropédica, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, p. 27-54, 2020.
- RANGEL, Eliane de Fátima Manenti. Uma nova concepção de linguagem a partir do percurso performativo de Austin. *Revista Eletrônica de Divulgação em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, Ano 01, n. 01, Semestre 2004. Disponível em: <http://www.letramagna.com/elianedefatimamanentirangel.pdf>. Acesso em: jul. 2015.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

Submetido em 07-05-2022

Aceito em 22-06-2022